



ENTREVISTA

**FERNANDO ACHIAMÉ:
AS TRANSFORMAÇÕES
DO ARQUIVO PÚBLICO E
UMA VIDA NA HISTÓRIA**

Paulo Roberto Santos

Graduado em Engenharia Civil e Filosofia.



FERNANDO ANTÔNIO DE MORAES ACHIAMÉ (Colatina, ES, 1950). Poeta e historiador. Graduado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; mestre em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UFES. Arquivista, pesquisador-associado do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Literatura do Espírito Santo (NEPLES/UFES), sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) desde 1981, e ocupante da cadeira nº 17 da Academia Espírito-Santense de Letras (AEL) a partir de 2015. Seguiu carreira na administração pública no cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual por concurso público (1973-2009). Diretor do Arquivo Público Estadual (1975-1983); membro do Conselho Estadual de Cultura (1982-1987), quando se empenhou pela preservação e tombamento de diversos bens culturais capixabas; professor de Teoria e História da Arquitetura na UFES (1982-1997).

Paulo Roberto Santos: Como o Sr. pensava o Arquivo, antes de assumir o cargo de Diretor?

Fernando Achiamé: De início, é necessário esclarecer que as informações aqui prestadas foram feitas de memória, e somente oferecem um pálido resumo do que se constituíram aqueles anos em que o Arquivo Público experimentou grandes avanços. Para quem se interessar pela história da entidade nas décadas de 1970 e 1980, há necessidade de se consultar os arquivos da repartição e entrevistar outros servidores que vivenciaram o período.

Em 1971, quando iniciei o curso de História na Ufes, tomei conhecimento da importância dos arquivos públicos para a pesquisa historiográfica. Quem me despertou para essa realidade foram os professores que tive na então disciplina “Introdução aos Estudos Históricos”: Vânia Gonçalves e Renato Pacheco, ambos já falecidos.

Com colegas do curso, cheguei a fazer pesquisas exploratórias no acervo do Arquivo Público Estadual para cumprir tarefa didática. O tema do trabalho universitário referia-se à história de Nova Almeida e, algum tempo depois dele concluído, passei a estagiar na instituição.

PRS: À sua chegada, em que condições estava o acervo do Arquivo?

FA: Como antes registrado, o primeiro contato mais regular que tive com o Arquivo Público foi na condi-

ção de estagiário. O governo de Artur Carlos Gerhardt Santos (de março de 1971 a março de 1975) prosseguiu e mesmo ampliou a profunda reforma na estrutura administrativa do estado iniciada na gestão anterior. O Arquivo Público Estadual, antes subordinado à Secretaria do Interior e Justiça, passou a integrar a estrutura da recém-criada Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEAR). A ideia era que documentação e arquivo deviam ser geridos à semelhança do que se fazia com a administração de pessoal, de material ou de patrimônio. Assim, o Arquivo seria o órgão que encabeçaria a administração documental no âmbito do governo do estado.

Na época, a repartição ocupava a posição mais inferior na estrutura hierárquica do estado: a de um simples serviço. Encontrava-se decadente também devido às suas instalações físicas. Necessitava urgente reforma o velho prédio inaugurado em novembro de 1926, com a presença do general Cândido Rondon, ao final do Oitavo Congresso Brasileiro de Geografia realizado em Vitória. A Biblioteca Pública ocupava o primeiro andar e já estava vinculada à Fundação Cultural do Espírito Santo – FCES. O térreo do imóvel abrigava o Arquivo Público com seu acervo conservado em altas estantes de aço e de madeira. Muita sujeira, cupim, piso solto, vazamentos provenientes do telhado e, sobretudo, falta de espaço. Muitos documentos se encontravam acumulados no chão, misturados à papelada que podia ser considerada lixo.

Havia também documentação recente e em grande volume, a exemplo de provas de concursos públicos, simplesmente despejada ali à espera do prazo para ser eliminada.

O governo do estado tomou a decisão de modernizar os serviços públicos prestados à população capixaba. Para isso promoveu a extinção de cargos e reestruturação de carreiras, concursos públicos e cursos de treinamento de pessoal. No caso do Arquivo Público, foi contratada a professora da Ufes, Gilda Rocha, que ministrara para minha turma a disciplina “História Medieval”, com a missão de coordenar os trabalhos de revitalização da entidade arquivística. Como ela lecionava no Departamento de História, foram abertas inscrições para cinco alunos que se interessassem em cumprir estágio no Arquivo Público e participar desses trabalhos de reorganização. Fui um dos selecionados.

PRS: Como se encontrava o corpo técnico-administrativo, especialmente no que tange à remuneração, motivação para o trabalho e capacitação para atender às demandas naquele período?

FA: No início da década de 1970, e numa situação que já durava bastante tempo, o Arquivo Público contava com somente quatro ou cinco antigos servidores estatutários de nível primário e médio que ocupavam os cargos de servente, auxiliar administrativo e oficial administrativo. Havia uma antiga servidora, Letícia Zardini Peixoto, que fora nomeada como chefe de serviço responsável pelo Arquivo Público e contava tempo para se aposentar.

PRS: Na ocasião, de uma forma geral, quais os perfis dos consulentes?

FA: Não havia sala de consulta e a repartição era acionada de tempos em tempos para prestar informação em processos sobre algum documento que custodiava. Os interessados em pesquisar o acervo eram desestimulados pelas condições da documentação e pelo fato de a maioria dela estar inacessível à consulta pública.

“Ser diretor do Arquivo Público aos 25 anos de idade sem dúvida foi desafiador, mas já estava mordido pela mosca da arquivologia, pois participara de congressos e cursos promovidos pela Associação de Arquivistas Brasileiros, fundada em 20 de outubro de 1970, dia que depois foi consagrado como dedicado aos profissionais de arquivo”.

PRS: Em termos de atendimento, como se dava a relação dos servidores com os consulentes?

FA: Os poucos e esforçados servidores se limitavam a atender às eventuais consultas, geralmente de caráter burocrático ou legal. Por exemplo, fornecer certidões de inteiro teor de documentos ligados a registro civil, funcional ou de terras. Para as demandas sobre documentos referentes à história capixaba, muito raras, era apresentado ao pesquisador o “Catálogo de Moisés de Medeiros Acioli”, que nele escolhia os volumes de documentos encadernados que desejava consultar.

“De modo geral, as relações do Arquivo Público com as demais instituições do governo estadual foram frutíferas, porque ele passou a exercer um serviço importante: promover o recolhimento de acervos que não tinham mais utilidade nos órgãos de origem”.

PRS: O que representou para o Sr. o fato de ser Diretor e conhecer mais de perto as realidades do Arquivo?

FA: Ser diretor do Arquivo Público aos 25 anos de idade sem dúvida foi desafiador, mas já estava mordido pela mosca da arquivologia, pois participava de congressos e cursos promovidos pela Associação de Arquivistas Brasileiros, fundada em 20 de outubro de 1970, dia que depois foi consagrado como dedicado aos profissionais de arquivo. Tinha acabado de me formar em História na Ufes e completara o estágio probatório, na época de dois anos, no cargo de fiscal de rendas do estado (atual auditor fiscal da receita estadual), que ocupei por concurso público. Fui requisitado da Secretaria da Fazenda para a Secretaria de Administração e nomeado chefe do Arquivo Público. O trabalho de reorganização prosseguia sob a coordenação da professora Gilda Rocha, que se dedicou a elaborar um catálogo de documentos.

Consegui montar uma boa equipe, com servidores estatutários e contratados do estado que foram

colocados à disposição do órgão e com ocupantes de cargos em comissão e de estagiários. Mais tarde, foram criados os cargos de bibliotecário e arquivista no quadro do serviço público estadual, realizados concursos públicos e alguns desses profissionais passaram a trabalhar junto ao Arquivo.

PRS: Em face dessas realidades, quais foram os principais projetos de sua gestão?

FA: Já na época em que cumpria o estágio, o governo contratou duas arquivistas para ministrarem aulas para os estudantes. Uma foi Wilma Schaefer Corrêa, então Chefe de Serviço de Registro e Assistência do Arquivo Nacional. A outra, Marilena Leite Paes, chefe do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas e autora de livro pioneiro sobre administração de arquivos. Assim, os estagiários tiveram os primeiros contatos com a moderna técnica arquivística. Quando passei a trabalhar na repartição, outros cursos sobre arquivologia foram proporcionados por aquelas profissionais e por outros arquivistas, a exemplo de José Pedro Pinto Esposel, o que possibilitou o treinamento dos servidores.

PRS: Dentre os projetos, quais foram executados e quais deixaram de ser? No segundo caso, por quê?

FA: Dentre os projetos executados, destaco um pelo seu pioneirismo: a criação da Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes, especializada em recolher publicações avulsas e periódicas da administração pública estadual e que mais tarde recebeu o importante acervo bibliográfico da conhecida historiadora que lhe dá nome. Destaco, também pelo seu pioneirismo, a elaboração do Guia Preliminar do Arquivo Público Estadual, de 1981, reconhecido como o primeiro que se elaborou no país.

Também significativas para aquele período foram as duas reformas no prédio do Arquivo. Uma ocorreu antes que a Biblioteca Pública desocupasse o primeiro andar do imóvel em março de 1979. A outra aconteceu depois disso e foi mais extensa, inclusive com a construção de um galpão nos fundos do prédio.

Nos nove anos em que trabalhei na repartição, muitas outras iniciativas visaram preservar os arquivos estaduais. Algumas delas tiveram início e se completaram naquele período e outras prosseguiram nos anos seguintes. Listo as que me ocorrem à lembrança, sem consultar os arquivos:

– Inserção da entidade como gestora no Espírito Santo do Programa Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, comandado no país pela Biblioteca Nacional, que destinou verbas para os estados que a ele aderissem. Esse Programa compreendeu a aquisição de maquinário e materiais de consumo apropriados, junção momentânea de acervos de jornais, além do treinamento de servidores no Rio de Janeiro. Ele deu origem à conhecida Hemeroteca Digital, disponível na Internet, em que nosso estado está muito bem representado.

– Criação do Laboratório de Conservação e Restauração de Papeis, com apoio financeiro da então empresa Aracruz Celulose e orientação técnica de laboratórios semelhantes, mantidos pela Fundação Casa de Rui Barbosa e pela UFMG.

– Contratação de estagiários pela Fundação Mudes, já que o número deles pagos pelo governo estadual era insuficiente. A contratação de uma firma de limpeza representou grande avanço, tanto para manutenção de condições mínimas de higiene do acervo quanto para a arrumação de caixas e livros valiosos ou a eliminação de documentos inservíveis.

– Edição das obras de historiografia: “Memória Estatística da Província do Espírito Santo no Ano de 1828” de Ignácio Accioli de Vasconcelos, edição de 1978 e agora com arquivo em PDF no site do Arquivo Público; “A Irmandade e a Santa Casa da Misericórdia do Espírito Santo” de Affonso Schwab e Mário Aristides Freire, manuscrito que estava inédito desde 1945 e publicado em 1979; “Jerônimo Monteiro – sua Vida e sua Obra” de Maria Stella de Novaes, lançado em 1979 e reeditado em 2018 também pelo APEES.

– À medida que a repartição passou a ser reconhecida por outros órgãos do governo estadual, ela foi acionada para proceder ao recolhimento da docu-



Fernando Achiame. Foto: Carlos Alberto Silva.

mentação de caráter permanente. Esses recolhimentos podem ser denominados de “selvagens” porque não obedeceram a normas estabelecidas e processos regulares. No entanto, salvaram muitos milhares de documentos da destruição total. Os casos mais marcantes foram: a) arquivos de processos, correspondência, plantas e mapas produzidos por antigas administrações da Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria do Interior e Justiça, Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, que se encontravam em salões no porão do Palácio Anchieta e que precisavam ser desocupados a toque de caixa para receberem outras utilizações; b) arquivos financeiros e contábeis da Secretaria da Fazenda, compostos por livros de registro e séries documentais; c) milhares de valiosos negativos, alguns em vidro, do extinto Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativos (SCRTE), que se encontravam em fichários na Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESES); d) acervos fotogrâ-

“A administração dos arquivos digitais, muito mais frágeis e em volume bastante superior aos produzidos no suporte em papel, talvez seja o principal desafio para o futuro do Arquivo Público”.

ficos e documentais da Secretaria de Comunicação Social, que deram entrada na repartição ao final dos governos Elcio Álvares e Eurico Rezende.

Entre os projetos não executados, menciono a edificação de uma nova sede; a implantação de um sistema estadual de arquivos com a criação de um arquivo intermediário; a mudança do Arquivo para órgão em regime especial de administração; e a instituição de uma estrutura hierárquica de cargos em comissão mais condizente com a importância da entidade. Todos esses projetos não foram realizados então por falta de interesse político. No entanto, a longo prazo, eles se concretizaram ou estão em vias de se realizar, mesmo que de maneira um pouco diferente daquela com que foram concebidos devido às transformações burocráticas e modernizações tecnológicas, sobretudo a presença da computação e da Internet.

PRS: *Quais os impactos dos projetos executados?*

FA: Os impactos foram significativos. O programa de arranjo e descrição tornou possível o acesso a diversos acervos antes ignorados. A reorganização admi-

nistrativa e técnica do Arquivo Público coincidiu com o incentivo para que professores da Ufes seguissem cursos de pós-graduação em universidades de fora do estado (USP, UFF, UFRJ e outras) em áreas diversas: história, geografia, administração, artes, pedagogia, economia. Então, esses profissionais puderam consultar muitos documentos primários para subsidiar suas dissertações e teses. Também o Arquivo despertou o interesse de diferentes pesquisadores amadores, a exemplo de Luiz Busatto e Douglas Puppin, que descobriram uma vasta e preciosa documentação sobre a imigração e colonização italianas no nosso estado.

PRS: *Como o Sr. avalia a relação do Arquivo com as demais instituições de governo, durante a sua gestão?*

FA: De modo geral, as relações do Arquivo Público com as demais instituições do governo estadual foram frutíferas, porque ele passou a exercer um serviço importante: promover o recolhimento de acervos que não tinham mais utilidade nos órgãos de origem. Também ele começou a ser acionado para orientar a eliminação de massas documentais manifestamente sem qualquer valor arquivístico permanente, que atravancavam os armários e estantes de muitas repartições estaduais.

PRS: *No que tange ao Orçamento, a parcela destinada ao Arquivo atendia às necessidades de maneira satisfatória?*

FA: Na época em que fui diretor (de janeiro de 1975 a dezembro de 1983), o Arquivo Público não tinha orçamento próprio. Alguns anos depois é que o governo estadual resolveu acatar a proposta que fiz em transformar a entidade num órgão em regime especial de administração, o que proporcionou à instituição autonomia administrativa e financeira. Antes, as necessidades da repartição em reformar sua antiga sede, em comprar material de consumo ou permanente, de custear o salário dos servidores eram suprimidas pelo orçamento da secretaria de estado a que ela estava subordinada.

“Dentre os projetos executados, destaco um pelo seu pioneirismo: a criação da Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes, especializada em recolher publicações avulsas e periódicas da administração pública estadual e que mais tarde recebeu o importante acervo bibliográfico da conhecida historiadora que lhe dá nome”.

PRS: *Considerando a sua experiência no setor público, inclusive como professor e consultante, como o Sr. avalia o Arquivo, atualmente, e como o Sr. o imagina tendo em vista as próximas gerações?*

FA: O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, depois que deixei a sua direção, fez grandes progressos, tanto no aspecto material quanto no técnico e no relacionamento com a comunidade capixaba. Destaco entre muitas iniciativas: confecção de inventários e catálogos do acervo; criação do curso de Arquivologia na Ufes, que possibilitou a repartição contar com profissionais mais gabaritados; a mudança para a nova sede à rua Sete de Setembro, mais moderna, se-

gura, ampla e confortável; a informatização de serviços técnicos; a criação da Coleção Canaã com importantes obras referentes à historiografia capixaba; a promoção de exposições e eventos no seu auditório.

PRS: *Quais as suas recomendações para os futuros diretores?*

FA: O principal desafio para as futuras administrações creio seja dotar o Arquivo Público de um quadro de servidores qualificados, estatutários, com carreira própria e remuneração condigna para profissionais de nível superior. A entidade vem se distinguindo com a excelente qualidade de suas publicações inseridas na Coleção Canaã, e manter esse nível será sempre tarefa árdua.

A administração dos arquivos digitais, muito mais frágeis e em volume bastante superior aos produzidos no suporte em papel, talvez seja o principal desafio para o futuro do Arquivo Público. Tais arquivos deverão ser geridos com rigorosas normas modernas, mas sem se distanciar dos princípios arquivísticos já consagrados. Por exemplo: levar em consideração os valores documentais; a teoria das três idades dos arquivos; os processos de eliminação periódica. E acrescentando mais uma incumbência: garantir que eles continuem acessíveis com atualização contínua de softwares e backups.